

## EDITORIAL

### TRABALHO & EDUCAÇÃO: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE ARBITRAGEM DOS ARTIGOS

Fernando Fidalgo<sup>1</sup>  
Gláucia de Fátima Silva<sup>2</sup>

O periódico Trabalho & Educação, em 2008, dando continuidade a sua política de fortalecimento de sua inserção no campo trabalho e educação no Brasil e na América Latina, tem buscado aperfeiçoar seu sistema de arbitragem sobre os artigos apresentados para avaliação. Dividimos o trabalho em três comitês: 1) Comitê Científico composto por pesquisadores com renomada experiência acadêmica na área incumbido de traçar a política editorial do triênio além de fornecer um dos pareceres necessários a aprovação dos artigos enviados, e apresentar o terceiro parecer quando os pareceres iniciais são discordantes; 2) Comitê Editorial: composto também por pesquisadores reconhecidos nacional ou internacionalmente responsável pela emissão do primeiro parecer sobre o conteúdo do artigo e 3) Comitê Operacional: trata-se de um grupo de professores e alunos de pós-graduação integrados ao NETE que analisam os artigos em relação à forma (tamanho, padrão ABNT, etc.) e à adequação a temática central do periódico. Este grupo é importante, pois evita assim, que artigos com problemas de inadequação temática e de formatação cheguem ao Comitê Editorial e ao Comitê Científico. Em todas as etapas de julgamento os artigos o nome de seus autores é guardado em sigilo pelo sistema informatizado de postagem dos mesmos. Somente o Editor no final do processo consegue acessar ao nome do colaborador.

A partir, deste número, para adequarmos às normas correntes, mudamos o caráter de nosso Editorial que sempre teve um caráter mais político do que acadêmico. Passamos, então, a apresentação dos artigos publicados neste número de Trabalho e Educação.

A colaboração da professora Doutora Sonia Maria Rummert (UFF) no artigo “A marca social da Educação de jovens e adultos Trabalhadores”, inicia este número, tratando da educação de jovens e adultos e do processo de alfabetização e elevação da escolaridade da classe trabalhadora, assim como a não permanência dos mesmos trabalhadores na escola. Para a autora, um aspecto fundamental deve ser ressaltado: a transferência de responsabilidade (em relação à educação dos trabalhadores) da esfera estatal para esferas privadas por meio de diferentes mecanismos, estes centrados em práticas de parcerias e/ou filantrópicas, marcadas, apesar das variações pelo caráter compensatório. Programas e projetos responsáveis pela formação do trabalhador que funcionam, como denominado por

---

<sup>1</sup> Editor, Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMG e Bolsista de Produtividade do CNPq.

<sup>2</sup> Membro do Comitê Operacional, Pedagoga e Bolsista de Iniciação Científica – Fapemig.

Frigotto: “educação de atalho”. Segundo a autora “(...) teoricamente, é possível passar pelo Brasil alfabetizado, ingressar no Pro Jovem e dele chegar ao PROEJA, obtendo certificados de conclusão do E.M. e formação de professor”. Tais ações, segundo a autora, caminham sob a falsa aparência de democratização, discriminam e negam as efetivas possibilidades de apropriação do conhecimento. A autora finaliza que a perspectiva de formação não possa ser mera resposta as voláteis demandas de mercado e as exigências da permanente construção e manutenção das hegemonias das classes dominantes.

O texto seguinte, dos autores Movilla e Diaz (Universidad de Holguín-Cuba), tem por título “La formación por competencias profesionales: dos miradas diferentes”, apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica, que buscou identificar os diferentes pontos de vista em relação às conseqüências da aplicação de modelo de formação por competências profissionais tanto para o trabalho como para a empresa.

O terceiro artigo, do autor Moacir Fernando Viegas (UNISC-RS), e cujo título é “Formação e segmentação da força de trabalho na economia informacional: Estudo de caso de uma agroindústria multinacional” aborda práticas pedagógicas desenvolvidas por uma empresa produtora de sementes. Nas atividades educativas formais e informais observou/presenciou-se na empresa os efeitos da ativa divisão e segmentação da força de trabalho nos processos de formação e qualificação dos trabalhadores. As diferenças entre os dois grupos, os safristas e os trabalhadores efetivos tornam-se evidente na formação ofertada aos mesmos. Os safristas constituem o segmento precarizado e a formação profissional que a empresa investe é a necessária para que os mesmos desempenhem tarefas de produção por alguns meses. Estes passam boa parte do ano sem uma atividade profissional que os mantenham minimamente atualizados, fazendo com que estes tenham a sua força de trabalho desvalorizada (perda em valores). Já os efetivos, especialmente de gerencia média, contam com um programa de formação que envolve investimentos consideráveis como cursos, viagens de treinamentos, o que valoriza a força de trabalho dos mesmos.

O texto da professora Dr. Daisy Cunha (UFMG) “Dos direitos enquanto normatividade legal e institucional da vida social e atividade industriosa: tensões e conflitualidades potenciais em torno dos valores”, problematiza as relações entre trabalho, qualidade, cidadania e direitos em cinco perspectivas observadas nas fronteiras entre normatividade jurídica, direitos sociais, movimentos sociais, cidadania e atividade industriosa.

No texto seguinte: “Trabalho docente em foco: relação entre as condições de trabalho e o adoecimento dos professores na Universidade Federal de Ouro Preto”, as autoras LEITE, FIGUEIREDO, MOURA e o autor SOL (UFOP), trás o resultado de pesquisa que investigou o processo de trabalho dos docentes daquela Universidade. Os resultados mostram o perfil dos docentes permitindo visualizar quais são as condições de trabalho e saúde dos mesmos. O estudo, segundo os autores, visa embasar medidas que melhorem as condições de trabalho e saúde destes/as trabalhadores/as docentes. Os mesmos autores consideram que a realização de uma análise do trabalho é uma tarefa complexa e que demanda a atenção de vários especialistas, e, portanto, deve-se tentar realizá-la numa perspectiva interdisciplinar.

A “Emancipação e apropriação social do conhecimento em Gramsci: uma reflexão a partir do corpus categorial da filosofia da história”, de Ciro Bezerra (UFAL), apresenta resultados de uma investigação de natureza bibliográfica que analisa o postulado gramsciano do conhecimento, contribuindo, assim, para uma compreensão mais acurada desta importante referência teórico-metodológica para o nosso campo.

SILVA e INVERNIZZI (UFPR), com o artigo “Qual educação para os trabalhadores no governo do partido dos trabalhadores? A educação profissional após o decreto 5154/2004”, analisam os limites e as possibilidades da reforma iniciada no primeiro governo do Presidente Lula e as muitas dificuldades para implementar, de modo efetivo, a integração entre ensino médio e educação profissional. Esta integração é legalmente instituída pelo decreto 5154/2004 e as autoras no decorrer da pesquisa realizada consideram que esta ficou longe de ser concretizada. Elas avaliam com otimismo (...) a possibilidade de avanços a partir das pressões vindas da luta incansável de educadores, intelectuais, comunidades e gestores de alguns estados brasileiros, que durante a reforma anterior fizeram o enfrentamento à política de desintegração concretizada pelo Decreto 2208/1997 e que, agora, a partir do restabelecimento da possibilidade legal de integração, buscam massificá-la.

O próximo artigo “Escola em Disputa: a contribuição e limites de Marx sobre a educação”, do autor Daniel Álvares Rodrigues (UFPE), discute a contribuição e limites de Marx sobre (na) educação, questionando a ideia da escola como espaço de disputa entre iguais, saindo da ênfase dada às condições em que a escola está construída, a saber, para a reprodução da sociedade vigente.

“A formação docente para a Educação profissional – Especificidades da área de saúde”, este é o título do artigo da professora doutora Antonia Vitória Soares Aranha (UFMG) e que objetiva problematizar a formação docente em geral e, mais especificamente, a formação docente para a Educação Profissional. Inclui-se também nele um panorama inicial sobre essa formação na Área de Saúde. O trabalho abalizado em seminários realizados sobre a formação docente. A pesquisa encontra-se na fase inicial e objetiva estabelecer as condições de problematizar a formação dos docentes da Educação Profissional.

“A dimensão teórico-prática da formação do trabalhador: um estudo em sistema reestruturado”, das autoras Abreu e Duarte (UNIFESP), analisa as formas de apropriação de conhecimentos exigidos pelo novo contexto e toma como referência as mediações possíveis entre prescrição/conteúdo, formação/técnicas de gestão. Os trabalhadores, movidos por sua experiência e por suas elaborações, articulam conhecimentos e mantém uma relação teórico-prática no processo produtivo.

Estes foram os artigos selecionados pelos nossos Comitês de arbitragem, temos a certeza de que contribuirão muito com o avanço de nossas pesquisas no campo Trabalho e Educação.

Boa leitura a todos!